

O USO DE DIFERENTES LINGUAGENS NO ENSINO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA

Selva Guimarães Fonseca*

No decorrer dos últimos vinte anos uma das principais discussões, na área da metodologia do ensino de História e Geografia, é a incorporação de diferentes linguagens e fontes no estudo destas disciplinas. Este debate faz parte do processo de crítica ao uso exclusivo de livros didáticos tradicionais, do avanço tecnológico da indústria cultural brasileira e da ampliação documental e temática das pesquisas.

Hoje, tornou-se prática comum o uso de imagens, obras de ficção, artigos de jornais, filmes e outros, no desenvolvimento de vários conteúdos escolares, sobretudo em História e Geografia, na escola fundamental e média. Esta opção metodológica amplia o campo de estudo, torna o processo de transmissão e produção de conhecimentos mais interessante, dinâmico e prazeroso. Entretanto, requer um aprofundamento do debate, de nossos conhecimentos acerca da constituição destas diferentes linguagens, seus limites e suas possibilidades.

Neste sentido, este artigo apresenta algumas reflexões, fruto de uma pesquisa bibliográfica mais ampla, sobre possibilidades de trabalho incorporando discurso ficcional, a imprensa periódica e imagens fotográficas. Trata-se de um esforço para mapear olhares distintos de autores sobre cada uma destas formas específicas de linguagens, apontando possíveis riscos, ciladas e vantagens neste desafio metodológico.

1. A OBRA DE FICÇÃO

De acordo com alguns autores, o historiador adota em relação aos fatos, quando procura reconstituir um passado desaparecido, uma perspectiva que é a da ficção (Hans-Robert Jauss); as características que fazem fluir um relato e que nos permitem acompanhá-lo seriam análogas às da compreensão histórica (Louis O. Mink) e nessa medida importa conhecer fronteiras da narrativa (Genette). É preciso lembrar, no entanto, que a literatura, como formação discursiva própria, “não concede foros de verdade àquilo que declara” (Luiz Costa Lima); enquanto a fotografia representa a possibilidade de registrar mecanicamente uma imagem em condições análogas às da visão (Pierre Francastel, apud Pierre Bourdieu), o discurso ficcional indica, por definição, o afastamento do real. Até que ponto a utilização da obra de ficção como fonte para a História depende de seu valor testemunhal?”

As grandes questões levantadas pelos professores de História e Geografia que trabalham com discursos literários podem ser resumidas assim: qual é a especificidade do discurso literário e do discurso histórico/geográfico? Quais as fronteiras que delimitam estes dois discursos? Quais os elementos comuns aos dois discursos? Como trabalhar a literatura em função da História e da Geografia, respeitando a especificidade do discurso literário?

* Professora do Departamento de Princípios e Organização da Prática Pedagógica da Universidade Federal de Uberlândia. Doutoranda em Educação pela FE - USP, SP.

O discurso literário e o discurso histórico têm em comum o fato de serem narrativos. O discurso histórico visa explicar o real através de testemunhos, dos documentos, que comprovam e evidenciam o acontecido. A obra de ficção não tem o compromisso, nem a preocupação de explicar o real, nem tampouco comprovar os fatos. Trata-se de uma criação, um "teatro mental", como diz Costa Lima, o que por definição implica no afastamento do real.

Segundo Sevcenko, a literatura é antes de mais nada um produto artístico, porém com raízes no social. Nessa medida a literatura pode falar ao historiador sobre a história que não ocorreu, sobre as possibilidades que não vingaram, sobre os planos que não se concretizaram. Assim o historiador é atraído não pela realidade e sim pela possibilidade.

A leitura de textos literários, reservando as especificidades artísticas, pode oferecer pistas, referências do modo de viver, dos valores e costumes de uma determinada época. É uma fonte que auxilia o desvendar da realidade, as mudanças menos perceptíveis, os detalhes sobre lugares e paisagens, as mudanças naturais e os modos de o homem relacionar-se com a natureza em diferentes épocas.

Cabe a nós, professores, ter muito tato e sensibilidade no trabalho com o discurso ficcional, pois é necessário respeitar os limites próprios do discurso; e, ao mesmo tempo, não confundir História e Geografia com ficção, aventura, ao tentar torná-las mais prazerosas. Neste sentido, os critérios de escolha e uso de livros paradidáticos merecem especial cuidado, pois corre-se o risco de formar nos alunos uma concepção fantasiosa de História e Geografia.

2. A IMPRENSA PERIÓDICA

Partindo do pressuposto de que a escritura da imprensa periódica - sobretudo se

se trata dos meios de comunicação de massa - é totalmente estranha aos modos tradicionais do discurso, como afirma Violette Morin, a maioria dos autores procura definir suas características em contraposição a outros gêneros. É o caso de Jules Gritti, que a compara com a obra de ficção: enquanto esta emana de uma criação fabuladora, a narrativa da imprensa é comandada, dia a dia, pelo acontecimento. Mas quando o acontecimento é registrado, o real transforma-se em representação. Por isso é que Roberto Franzosi considera a informação jornalística sempre questionável, a criar para o pesquisador o dilema de saber se está lidando com padrões de acontecimentos ou padrões de notícias. No chamado "grau zero de leitura", o jornal é apenas um trampolim para a realidade: o acontecimento é que importa e a ele fatalmente chegamos pela informação jornalística (Maurice Mouillaud). Não se pode ignorar, entretanto, o processo de semantização que necessariamente ocorre quando um fato da realidade social é incorporado ao conteúdo de um meio de comunicação de massa (Eliseo Verón). Os recursos metodológicos aplicados a esse tipo de fonte, refletindo as diferentes modalidades apontadas pelos autores, vão da simples transposição de dados a processos sofisticados de mensuração.

Durante muito tempo, várias formas de registro da experiência humana foram ignoradas pelos historiadores, dentre elas a imprensa. Com o passar do tempo, o avanço tecnológico tomou a imprensa e os meios de comunicação em geral importantes veículos de (in)formação dos povos. Os pesquisadores, professores e alunos estão mergulhados, hoje, num elevado nível de informações provenientes do mundo inteiro, transmitidos por poderosos aparelhos de comunicação de massas. Assim, no atual contexto, não é mais possível uma atitude de desprezo do professor em relação à imprensa.

A ele cabe o papel de decodificador de mensagens e informações, incorporando-as no processo de ensino/aprendizagem, no dia a dia da sala de aula.

Isto nos remete a algumas reflexões, especialmente à relação imprensa/fato ou acontecimento/notícia ou informação. Começando pela imprensa, é necessário levarmos em conta o seu "lugar social", a sua inserção e o papel das empresas de comunicação de massa na sociedade capitalista. Como produto de empresas que têm propostas político-sociais definidas, linhas, padrões ou receitas, a imprensa, ao informar, revela também a existência de um não-dito. O fato ou acontecimento é testemunhado, retrabalhado, transformado em notícia ou informações de acordo com as linhas ou interesses de quem tem o poder de produzi-lo e vendê-lo à população.

Pretende-se sempre atribuir foros de verdade às informações, porém, com sua linguagem própria, a imprensa explica o real de forma limitada e fragmentada. A informação, como toda mercadoria, surge coisificada, o em "em si", onde nem o produtor(emissor) e nem o receptor(consumidor) se reconhece na mensagem veiculada. Ela traz em si uma série de explicações e é consumida pelos leitores, mas não é assimilada ativamente, pois ela só tem valor no momento em que surge e, como toda mercadoria cultural, se esgota, rapidamente, não permitindo um processo de assimilação. Neste sentido, como o pesquisador e o professor podem lidar com ela, já que é o "trampolim" para o real?

Neste caso não se trata de um leitor comum, consumidor de jornais diários. É necessário ter um olhar crítico, e não deixar que este olhar seja ofuscado, para que seja possível penetrar no campo inacessível ao leitor comum e até mesmo ao jornalista. É necessário estar

atento aos padrões de notícias, aos preconceitos, às omissões e também às ênfases.

Trata-se de decodificar uma linguagem que com frequência diária chega às massas como testemunha ocular do real, do acontecido. Mas como toda representação, a imprensa também cria imagens do real: seletivas, limitadas e fragmentadas e, ao mesmo tempo, carregadas de pistas e dados que facilitam a busca de explicitação da totalidade.

A imprensa fornece materiais provenientes de diversas fontes, possibilitando, por exemplo, a análise de pontos de vista de diversos autores, especialistas e testemunhas vivos. Permite a aquisição de dados estatísticos sobre diversos aspectos da realidade e a reconstituição histórica de fatos, sobretudo do nosso passado recente. Apresenta imagens fotográficas, charges, histórias em quadrinhos, crônicas, mapas, poesias, canções e dossiês sobre diversos assuntos que constituem objetos do ensino de História e Geografia.

3. IMAGENS FOTOGRÁFICAS

A fotografia tem sido considerada modelo de transcrição objetiva do real. Como observou Pierre de Fenoyl (citado por Régis Durand) o fotógrafo não toca em nada do que vê e nada cria. À semelhança do objeto técnico que a produz, a fotografia - solidamente ancorada em seu referente - faz um registro fiel do mundo e é incapaz de transfigurar, a não ser em casos especiais, o objeto representado. A essa visão analógica, que tem a fotografia como "pura emanção ou depósito do real", contrapõe-se a que a define como um processo de discurso ou interação entre o fotógrafo, o tema da foto e o espectador da imagem produzida(Paul Blyton) onde operam múltiplas escolhas (James Borchert). É a fotografia -

imagem da imagem e não imagem da coisa - que constrói a aparência dos objetos e inventa o real (Régis Durand). Que significado tem para o professor e o pesquisador a discussão da imagem fotográfica?

Para o senso comum, fotografar quer dizer testemunhar o real. Imagem fiel da realidade? Como proceder ao utilizar a fotografia como fonte no ensino de História e Geografia? Como toda fonte histórica, a fotografia não deve ser tomada como espelho fiel do real. Ela é fruto do “dedo mágico de um fotógrafo que seleciona imagens, cores, luzes e ângulos”, conforme Durand. No trabalho do fotógrafo há um elevado grau de seletividade, de acordo com seus interesses, desejos e com as circunstâncias que cercam o momento da foto. O fotógrafo não retrata o que vê, tal qual é, mas o que deseja, o que separa, tal qual o vê. Enfim, concordando com Blyton, o que e como fotografar são uma opção.

O professor tem diante de si uma fonte, uma imagem ou re-presentation do real, que traz em si uma elevada carga de subjetividade, exigindo uma postura crítica frente ao tratamento da objetividade do real. Entretanto, a fotografia, para muitos autores, não deve ser considerada apenas como mais uma evidência. Benjamim chama nossa atenção para o valor da fotografia, na medida em que ela complementa, amplia pelo olhar um novo campo de visibilidade que a documentação oral e escrita não recupera.

A discussão da representatividade da imagem fotográfica nos remete também à importante análise de Foucault sobre a questão do olhar, da visibilidade, da observação no interior dos espaços e práticas de controle e vigilância que permeiam as relações de poder na nossa sociedade.

A incorporação de imagens fotográficas no processo de ensino de História e Geografia

amplia pelo olhar as possibilidades de leitura do social, tentando captar aquilo que é ao mesmo tempo estranho e novo, trazendo a aproximação do olhar e da linguagem, da visibilidade e das coisas, da observação, da descrição e da análise. Concordando com Benjamim, possibilita captar o “sentido histórico”. Assim, professor e alunos não são aqueles que vêem e contam o que viram, eles decodificam e reconstróem representações numa busca permanente do conhecimento da realidade social e histórica.

BIBLIOGRAFIA

BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política*-Obras Escolhidas. vol. 1, São Paulo: Brasiliense, 1985.

BLYTON, Paul. The image of work: documentary photography and the production of reality. *International Social Science Journal*. New York, 39(3): 415-25, August, 1987.

BORCHERT, James. Historical photo-analysis: a research method. *Historical Methods*. Chicago, 15(2):35-44, 1982.

BOURDIEU, Pierre. La définition sociale de la photographie. In: BOURDIEU, Pierre et al. *Un art moyen: essai sur les usages sociaux de la photographie*. Paris: Les Editions de Minuit, 1981, p.108-38.

DURAND, Régis. Photographies, mémoire et théâtre du monde. In: *Le regard pensif: lieux et objets de la photographie*. S.l., Éditions de la Différence, 1988, p.59-78.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1984.

FRANCASTEL, Pierre. Champ figuratif et histoire. In: *Enquete de la Nouvelle Cri-*

- tique. *Aujourd'hui l'Histoire*. Paris: Éditions Sociales, 1974, p.218-24.
- FRANZOSI, Roberto. The press as a source of socio-historical data: issues in the methodology of data collection from newspaper. *Historical methods*. Chicago, 20(1): 5-16, 1987.
- GENETTE, Gérard. Fronteiras da narrativa. In: BARTHES, Roland et al. *Análise estrutural da narrativa: pesquisas semiológicas*. Petrópolis: Vozes, 1973, p.255-74.
- JAUSS, Hans-Robert. Expérience historique et fiction. GADOFRE, Gilbert (dir.). *Certitudes et incertitudes de l'Histoire*. Paris, Presses Universitaires de France, 1987, p. 117-32.
- LIMA, Luiz Costa. Documentação e Ficção. In: *Sociedade e Discurso Ficcional*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986, p. 187-42.
- MACHADO, Arlindo. *Ilusão Especular*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MINK, Louis O. History and fiction as mode of comprehension. In: *Historical understanding*. Ed. by Brian Fay, Eugene O. and Richard T. Vann. London: Cornell University Press, 1987, p. 42-60.
- MORIN, Violette. L'écriture de presse et l'unité d'information. In: *L'écriture de presse*. Paris: La Haye, Monton & Co., 1969, p. 11-69.
- MOUILLAD, Maurice. *Le système des journaux: théorie et méthodes pour l'analyse de presse*. Paris: Langaes, 11: 61-83, septembre, 1968.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- VÉRON, Eliseo. Ideología y Comunicación de masas: la semantización de la violencia política. In: VÉRON, Eliseo et al. *Language y comunicación social*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1984, p. 133-91.